



Concurso Público

Nível Médio

Cargo 29: Técnico em Contabilidade

Caderno de Provas Objetivas

Aplicação: 21/3/2004

TARDE

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Gratuito Oportunidades para Realizar Sorites

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cem itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde 1,00 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SEAD/SESPA, de 7/1/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 22/3/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 23 e 24/3/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 19/4/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Pará e nos locais mencionados no Item I, dos resultados finais das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item II do Edital n.º 1/2004 – SEAD/SESPA, de 7/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelos telefones 0(XX) 91 4004 2525 e 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

PARTE I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 17

Os urubus e sabiás

1 Tudo aconteceu em uma terra distante, em um
tempo em que os bichos falavam... Os urubus, aves por
natureza becadadas, mas sem grandes dotes para o canto, ...**1**...
4 que, mesmo contra a natureza, eles ...**2**... de se tornar
grandes cantores. E para isso fundaram escolas e importaram
professores, gargarejaram dó, ré, mi, fá, mandaram imprimir
7 diplomas, e fizeram competições entre si, para ver quais
deles seriam os mais importantes e teriam a ...**3**...
para mandar nos outros. Foi assim que eles ...**4**...
10 concursos e se deram nomes pomposos, e o sonho de cada
urubuzinho, instrutor em início de carreira, era se tornar um
respeitável urubu titular, a quem todos chamam por Vossa
13 Excelência. Tudo ia muito bem, até que a doce ...**5**...
da hierarquia dos urubus foi ...**6**... A floresta foi invadida
por bandos de pintassilgos tagarelas, que brincavam com os
16 canários e faziam serenatas com os sabiás. Os velhos urubus
entortaram o bico, o rancor encrespou a testa, e eles
convocaram pintassilgos, sabiás e canários para um
19 inquérito.

— Onde estão os documentos dos seus concursos?

As pobres aves se olharam perplexas, porque nunca
22 haviam imaginado que tais coisas existissem. Não haviam
passado por escolas de canto, porque o canto nascera com
elas. E nunca apresentaram diploma para provar que sabiam
25 estudar, mas cantavam simplesmente...

— Não, assim não pode ser. Cantar sem a titulação
devida é um desrespeito à ordem.

28 E os urubus, em uníssono, expulsaram da floresta os
passarinhos que cantavam sem alvarás...

Rubem Alves. *Estórias de quem gosta de ensinar*.
São Paulo: Cortez, 1984, p. 61-2 (com adaptações).

Julgue, nos itens abaixo, a grafia e a adequação das palavras para preencherem as respectivas lacunas do texto I.

- 1 **1** decidiram **2** haveriam
2 **3** permissão **4** organizaram
3 **5** tranquilidade **6** estremecidos

A partir das idéias, da tipologia e da estrutura do texto I, julgue os itens a seguir.

- 4 O primeiro período, com a forma verbal no pretérito, “aconteceu”, e a apresentação de circunstâncias de tempo e de lugar, já mostra ao leitor que o texto será, predominantemente, narrativo.
- 5 O emprego do adjetivo “becadadas” (l.3), relativo a beca, ou seja, traje de cor preta usado em cerimoniais, justifica-se por analogia à plumagem dos urubus.
- 6 As passagens das linhas 20 e 26-7 estão antecedidas por um travessão, para indicar que se trata de **discurso direto**, e não da fala do narrador da história.
- 7 Da última fala dos urubus, deduz-se que, segundo a legislação desses animais, para se ocuparem os cargos nas diferentes instituições é prescindível concurso público.
- 8 O texto, por colocar animais procedendo como seres humanos, dotados de linguagem e de livre arbítrio, caracteriza-se como uma **fábula**.
- 9 Infere-se, como ensinamento moral do texto, que **em terra de diplomados, leigos não são ouvidos**.

Julgue os itens a seguir, no que diz respeito ao emprego das classes de palavras e à sintaxe da oração e dos períodos do texto I.

- 10 São ocorrências de pronome substantivo relativo: “que” (l.2), “quais” (l.7), “quem” (l.12) e “que” (l.29).
- 11 As conjunções “mas” (l.3) e “para” (l.5) são coordenativas e expressam, respectivamente, as idéias de adversidade e de adição.
- 12 Pelo emprego das formas verbais “gargarejaram” (l.6), “entortaram” (l.17) e “encrespou” (l.17), entre outras, destaca-se a ironia com que são descritos os urubus.
- 13 A abreviatura de “Vossa Excelência” (l.12-13), forma de tratamento empregada para autoridades em correspondências oficiais, é V. Excia.

- 14 O período “A floresta foi invadida por bandos de pintassilgos tagarelas, que brincavam com os canários e faziam serenatas com os sabiás” (ℓ.14-16) é composto por duas orações, sendo uma subordinada e a outra, coordenada e subordinada, simultaneamente.
- 15 O predicado de “A floresta foi invadida por bandos de pintassilgos tagarelas”, oração na voz ativa, classifica-se como **verbal**, e o sujeito é “bandos de pintassilgos tagarelas”.
- 16 Em “Os velhos urubus entortaram o bico, o rancor encrespou a testa, e eles convocaram pintassilgos, sabiás e canários” (ℓ.16-18), as palavras sublinhadas desempenham a função sintática de **objeto direto** dos verbos a que estão ligadas.
- 17 O vocábulo “porque”, indicando a circunstância de **causa** nas linhas 21 e 23, pode ser grafado separadamente, sem que ocorra erro de grafia, porque a frase não é interrogativa.

Considerando a sintaxe de concordância e o emprego do sinal indicativo de crase, julgue os itens subseqüentes.

- 18 Os urubus solicitaram as demais aves que apresentassem as comprovações dos cursos feitos, bem como mostrasse a carta de aprovação em concursos.
- 19 É considerada um desrespeito a uma ordem estabelecida a audácia de espalhar lindas melodias em terra de desafinados.
- 20 No que tange à lutas de classes, o texto informa que as privilegiadas deterão hegemonia frente às mais fracas.

Merenda escolar falta e aumenta a evasão de alunos

1 A merenda escolar, que é distribuída regularmente pela Secretaria de Educação para a rede pública do ensino, está faltando em Juazeiro. As escolas da sede e da zona rural
4 já estão há mais de noventa dias com as suas cotas esgotadas e até o momento não se tem notícia de quando serão abastecidas, o que vem se constituindo em um problema para
7 as diretoras desses estabelecimentos.

Segundo as educadoras, a merenda escolar não só representa a complementação alimentar da maioria das
10 crianças matriculadas, como também contribui para o controle da evasão escolar. Já está provado, pelos estudos realizados, que nas escolas da zona rural do município e na
13 periferia das cidades a freqüência do aluno à escola está diretamente associada à merenda escolar.

Os professores, na sua unanimidade, reconhecem
16 que a merenda escolar, especialmente em escolas localizadas nos bairros de baixa renda, não é só complementação alimentar, ela se transforma no único alimento das crianças,
19 porque filhos de pais pobres e desempregados freqüentam as aulas só pensando na hora da merenda.

A Tarde, 4/9/1992 (com adaptações).

Julgue a grafia e a pontuação das reescrituras de trechos do texto **Merenda escolar falta e aumenta a evasão de alunos**, indicados entre aspas e presentes nos seguintes itens.

- 21 “A merenda (...) em Juazeiro” (ℓ.1-3): Em Juazeiro, a merenda escolar, distribuída regularmente pelo governo estadual para a rede pública do ensino, está faltando.
- 22 “As escolas (...) desses estabelecimentos” (ℓ.3-7): As escolas da sede e da zona rural, há mais de noventa dias com as suas quotas esgotadas, sendo que até o momento, não se tem notícia de quando serão abastecidas; vem-se constituindo em um problema para as diretoras.
- 23 “Segundo as (...) evasão escolar” (ℓ.8-11): De acordo com as educadoras, a merenda escolar representa não só um complemento alimentar à maioria das crianças, como também contribui ao controle da evasão escolar.
- 24 “Os professores (...) da merenda” (ℓ.15-20): A unanimidade dos professores reconhece, que a merenda escolar, em escolas localizadas nos bairros de baixa-renda, transforma-se no único alimento das crianças, porque filhos de pais desempregados vão às aulas só pensando na hora do recreio.

Considerando os princípios de regência, a propriedade vocabular e as normas da correspondência oficial, julgue os itens a seguir.

- 25 Trecho de **abaixo-assinado**: “Nós, professores da rede pública, inconformados com a demora na remessa da merenda escolar, vimos expor a situação de nossos alunos de educação básica e solicitar a V. S.^a a remessa dos mantimentos com a maior brevidade possível.”
- 26 Abertura de **ata**: “Na data de hoje, dia 21 de março, acontece a prova de Conhecimentos Básicos do Concurso Público da Secretaria Executiva de Estado de Administração do Pará, com 3201 candidatos, concorrendo nas 772 vagas, como Agentes Administrativos, em cargo de nível médio”.
- 27 Fechamento de **requerimento**: “Nestes termos, pede e espera pelo deferimento. Atenciosamente;” local, data, assinatura e cargo.
- 28 Há dois documentos oficiais que, tendo forma e natureza bastante semelhantes, costumam circular em e entre repartições públicas; são eles: **ofício** e **memorando**.
- 29 Um secretário de escola, desejoso de comunicar à direção do estabelecimento de ensino o desaparecimento de alimentos da merenda escolar, deverá redigir uma **carta particular** e usar, para o diretor, o **vocativo** “Prezado colega e amigo”.
- 30 Parágrafo inicial de **relatório**: “Vimos, por este intermédio, apresentar a Vossa Senhoria o resultado da enquête pública referente à aceitação da merenda escolar entre os jovens do Ensino Médio deste Município”.

As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada que constitui um sistema único no Brasil. A respeito do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens que se seguem.

- 31** É um sistema financiado com recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de outras fontes.
- 32** Uma das diretrizes do SUS é o atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas.
- 33** A comunidade não deve participar da formulação das diretrizes do SUS.
- 34** Cabe ao nível municipal do SUS executar serviços de saúde do trabalhador.
- 35** Cabe à direção estadual do SUS participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho.

A Constituição Federal em vigor estabelece diretrizes gerais de organização e competências do setor de saúde no Brasil. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- 36** A saúde é um direito exclusivo de todos os cidadãos brasileiros que estejam em dia com suas contribuições mensais à previdência social.
- 37** O SUS pode ter mais de uma direção em cada esfera de governo.
- 38** Pode haver comercialização da coleta, do processamento e da transfusão de sangue e seus derivados, desde que haja previsão em lei estadual específica.
- 39** É proibida a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.
- 40** Compete ao SUS colaborar para a proteção do meio ambiente e do ambiente de trabalho.

Com referência à organização, direção e gestão do SUS, julgue os seguintes itens.

- 41** É assegurado aos municípios o direito de constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, ações e serviços de saúde.
- 42** Cada esfera de governo deve ter um conselho de saúde, em caráter permanente e deliberativo.
- 43** Os usuários do SUS devem ter representação minoritária em relação ao conjunto dos demais segmentos envolvidos nos conselhos e nas conferências de saúde.
- 44** Os municípios que não tiverem constituído fundo de saúde não podem receber, de forma regular e automática, recursos financeiros para a cobertura de ações e serviços de saúde.
- 45** A assistência à saúde não é livre à iniciativa privada.

Com base na legislação atual acerca do SUS, julgue os itens subsequentes.

- 46** As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos podem participar do SUS, de forma complementar, em igualdade de condições com as demais instituições privadas.
- 47** É permitida a destinação de recursos públicos para auxílio e subvenção às entidades privadas com fins lucrativos.
- 48** As atividades do campo de atuação do SUS incluem a execução de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- 49** O direito das pessoas assistidas à informação sobre sua saúde é um princípio do SUS.
- 50** Ao Ministério da Saúde compete executar ações de assistência médica em áreas estratégicas e de segurança nacional.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à contabilidade, ao patrimônio e aos atos e fatos administrativos, com base na doutrina e legislação contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 51** Sob a ótica pragmática, a finalidade da contabilidade é prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, compreendendo registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.
- 52** O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas de suas mutações.
- 53** Na contabilidade como uma ciência social, o objeto é sempre o patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros.
- 54** Só pode ser definido e considerado como objeto da contabilidade o patrimônio que é pertencente a uma pessoa, física ou jurídica, cuja finalidade objetiva a obtenção de lucro e que disponha de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.
- 55** O lucro e o prejuízo acarretam, respectivamente, aumento e diminuição na riqueza do titular do patrimônio e modificam quantitativamente a situação líquida, porém, sua ocorrência em determinado exercício não redundam, necessariamente, em mudança de uma situação líquida positiva em negativa, ou vice-versa.
- 56** Fatos contábeis são ocorrências que provocam variações específicas ou quantitativas no patrimônio. São passíveis de registro ou contabilização tão-somente quando alteram a situação líquida patrimonial. Nos demais casos, por tratar-se meramente de reflexos compensativos, não devem ser escriturados.
- 57** Fatos mistos ou compostos são os que conjugam a compensação de valores com a modificação na situação líquida do patrimônio. Podem trazer permutações no ativo, com aumento ou diminuição dessa parte do patrimônio; permutações no passivo, também com aumento ou diminuição; e ainda compensações de elementos ativos e passivos, com modificações em qualquer dos dois membros da equação. Em todos os casos, porém, a situação líquida será afetada, para menos ou para mais.

Com fulcro nos ensinamentos dos autores de contabilidade, relativamente às contas e ao plano de contas, julgue os itens subsequentes.

- 58** Conta é o termo técnico utilizado exclusivamente para o registro de débitos e créditos de mesma natureza, identificados por um título, referentes a um componente do patrimônio.
- 59** Título, data da operação, histórico da ocorrência, valor do débito, valor do crédito e saldo (diferença entre débito e crédito) constituem elementos essenciais da conta, que podem aparecer em colunas contíguas, ou em colunas justapostas, dividindo-se de um lado o débito e, de outro, o crédito.

- 60** As contas passivas registram os compromissos ou obrigações da entidade, que representam elementos patrimoniais negativos. São debitadas pelas reduções de seus saldos, possuindo, portanto, natureza devedora.
- 61** O plano de contas, um dos aspectos mais importantes do sistema contábil de uma entidade, destina-se a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada registro.
- 62** O plano de contas consiste de um elenco de todas as contas que se prevê serem necessárias aos registros contábeis de uma entidade, que deve ser elaborado estritamente de acordo com norma específica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não sendo permitidas alterações e(ou) adaptações a critério da empresa a fim de assegurar a padronização dos procedimentos contábeis.
- 63** O plano de contas deve ser organizado de tal forma que as contas sejam classificadas, sempre que possível, na mesma ordem e nos mesmos grupos em que elas devem aparecer nas demonstrações contábeis, especialmente no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, a fim de facilitar a elaboração destas.

Considerando o que prescrevem a legislação vigente no Brasil e a doutrina contábil a propósito dos aspectos relacionados à escrituração contábil e à contabilização de operações diversas (juros, descontos, tributos etc.), julgue os itens a seguir.

- 64** A terminologia utilizada na escrituração deve ser clara, concisa, e expressar o verdadeiro significado das transações, não sendo, portanto, permitido o uso de códigos e(ou) abreviaturas nos históricos dos lançamentos.
- 65** A entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, que deve ser executada em idioma e em moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens; e com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.
- 66** No diário, serão lançadas em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, incluídas as de natureza aleatória, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais. É inadmissível, em qualquer situação, a escrituração do diário por meio de partidas mensais, bem como a escrituração resumida ou sintética do diário, com valores totais.

- 67** A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de contabilista legalmente habilitado.
- 68** De acordo com a legislação fiscal, deve ser registrado em conta própria o montante do ICMS pago (ou a pagar) na aquisição de mercadorias para revenda e de matérias-primas em correspondência com os lançamentos no livro de registro de apuração do ICMS. Dessa forma, os estoques já ficam despojados desse imposto, sendo o montante do ICMS recuperável, destacado em nota fiscal, incluído no custo de aquisição dos insumos utilizados na comercialização ou produção.
- 69** Para uma empresa industrial que adquire matéria-prima pagando IPI e ICMS, ambos os impostos representam custo e assim devem ser contabilizados. No caso da empresa comercial, apenas o ICMS, imposto que incide sobre a circulação de mercadorias, caracteriza custo.
- 70** A apuração do custo da mercadoria vendida (CMV) pode ser efetuada por dois sistemas, inventário permanente e inventário periódico, com características distintas. No primeiro, a cada venda efetuada a empresa controla cada item do estoque negociado, o que possibilita o conhecimento do CMV de cada operação, sendo completamente dispensável a realização de contagem física dos estoques. No segundo, o CMV só é conhecido ao final do período, mediante levantamento físico dos estoques, efetuado para fins de apuração do resultado.
- 71** No inventário periódico, a conta CMV é debitada pelos valores do estoque inicial e do saldo das compras do período, e creditada pelo valor do estoque final, apurando-se, dessa forma, o saldo que representará o valor correto do CMV no período.
- 72** As variações cambiais são despesas originadas pela atualização de obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, classificadas no passivo, que, segundo determinação legal, devem ser convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. A diferença entre o valor inicial da dívida e seu valor atualizado deve ser contabilizada como despesa financeira do período, porém em conta distinta da dos juros.
- 73** Descontos comerciais são reduções de preço concedidas (ou obtidas) pelo comerciante após a venda (ou compra), em função de avaria ou outro motivo descoberto *a posteriori*.
- 74** As duplicatas descontadas no banco devem ser contabilizadas em conta redutora de duplicatas a receber, indicando que a empresa poderá readquirir os títulos, caso seus clientes não os liquidem junto ao banco que financiou a operação. Entretanto, segundo os princípios e as normas de contabilidade, os encargos financeiros correspondentes a essa operação devem ser contabilizados imediatamente como despesa financeira do período.
- 75** No caso de empréstimos em moeda estrangeira, os juros são calculados sobre o valor da dívida original e multiplicados pela taxa de câmbio do dia para a conversão em reais. Devem ser calculados pelo regime de competência, ou seja, mesmo que não sejam liquidados, devem ser apropriados periodicamente.
- 76** A provisão para devedores duvidosos, que reflete a incerteza do recebimento decorrente dos riscos de crédito assumidos pela empresa, é constituída mediante a aplicação de um percentual de 3% sobre o saldo total de duplicatas a receber.
- 77** Na contabilização da folha de pagamento, o salário-família, o auxílio-natalidade e o salário-maternidade constituem benefícios legais garantidos aos empregados que, apesar de pagos sempre diretamente pela empresa, não representam despesas, visto que a empresa deduz os valores pagos na folha do mês de seu encargo mensal para com o INSS.
- Considerando as disposições legais em vigor e os ensinamentos da literatura contábil relativamente aos procedimentos de análise e conciliações contábeis, bem como ao balancete de verificação do razão, julgue os itens que se seguem.
- 78** A exatidão dos valores contabilizados em duplicatas a receber deve ser aferida mediante conciliação com o livro registro de duplicatas, no qual são registradas todas as emissões e recebimentos de duplicatas. O total dos títulos baixados nesse livro deve ser igual ao saldo da conta no razão. As empresas que adotam fichário para cadastramento das duplicatas devem, ainda, conferir se o saldo das duplicatas que ainda não foram recebidas, levantado mediante inventário das fichas de duplicata, é igual ao saldo da conta no razão.
- 79** O saldo da conta mercadorias em estoque nem sempre será idêntico ao das fichas e(ou) livros de estoques. A conciliação desses valores deverá ser efetuada por ocasião do levantamento físico dos estoques, quando, então, todos os controles deverão ser ajustados para refletirem saldos idênticos aos constatados pelo inventário dos estoques.
- 80** O objetivo principal do balancete de verificação é comprovar a estrita obediência ao método das partidas dobradas durante o período, ou seja, demonstrar a igualdade entre os totais de saldos credores e devedores do razão geral antes da elaboração do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.
- 81** O balancete de verificação do razão é a relação de contas, com seus respectivos saldos, extraída dos registros contábeis em determinada data, devendo ser levantado, no mínimo mensalmente, e com um grau de detalhamento consentâneo com sua finalidade.
- Tomando por base a legislação brasileira em vigor e a doutrina contábil acerca dos conceitos, dos objetivos e da composição das demonstrações financeiras, julgue os itens seguintes.
- 82** No balanço patrimonial, todas as contas retificadoras, devedoras e credoras, deverão ser apresentadas juntamente com as demais contas cujos saldos tenham a mesma natureza que os seus.
- 83** De acordo com as normas do CFC, os valores recebidos como receitas antecipadas por conta de produtos ou serviços a serem concluídos em exercícios futuros serão classificados e demonstrados com a dedução dos valores ativos a eles vinculados, exclusivamente no grupo resultados de exercícios futuros constante do balanço patrimonial.

- 84** O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.
- 85** A demonstração do resultado do exercício é a demonstração destinada a evidenciar a composição do resultado, em seus vários níveis, formado em um determinado período de operações da entidade, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas, observando-se, para tanto, o princípio da competência.
- 86** Para adequá-los ao regime de competência, os impostos sobre o lucro diferido — que são originados por diferenças temporárias, em função do descasamento entre o registro contábil da transação e sua inclusão para fins fiscais na demonstração do resultado — deverão, obrigatoriamente, ser classificados no passivo, circulante ou exigível a longo prazo, dependendo da expectativa de sua exigibilidade.
- 87** De acordo com a filosofia *limpa* (*current operating concept*), devem ser atribuídas ao período, para fins de apuração do resultado líquido do exercício, todas as despesas e perdas reconhecidas no período corrente, ainda que incorridas em períodos anteriores.

Com fulcro nos ensinamentos dos autores de matemática financeira, de finanças e de contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 88** O conceito de juro, segundo o enfoque da economia, decorre, basicamente, da preferência temporal dos agentes econômicos (indivíduos, empresas e governo), ou seja, de suas preferências entre consumir determinados bens e serviços no presente e no futuro.
- 89** No critério linear, os juros incidem unicamente sobre o principal (capital inicialmente aplicado ou alocado) e geram, em conseqüência, remunerações (ou custos) diretamente proporcionais ao capital e prazo envolvidos na operação.
- 90** Há dois critérios de capitalização dos juros: simples e compostos. A metodologia de cálculo mais recomendada é a de juros compostos (ou exponenciais), daí porque o mercado financeiro em geral opera unicamente com taxas referenciadas nesse tipo de juros.
- 91** Para Modigliani e Miller, precursores da moderna teoria de finanças, a estrutura de capital e dividendos é irrelevante na determinação do valor da empresa.
- 92** O administrador financeiro, no contexto atual, deve centrar suas preocupações unicamente nos mecanismos de captação de fundos e aplicações na atividade da empresa.
- 93** Dois importantes conceitos financeiros, retorno do investimento e custo de capital, foram desenvolvidos como conseqüência da teoria geral de Keynes, a qual preconiza que o investimento agregado deve ser a preocupação central das nações e das corporações.

No que tange aos conceitos básicos de orçamento, conforme o magistério dos autores de contabilidade e de administração, julgue os itens subseqüentes.

- 94** O ponto de partida para a preparação do orçamento geral de uma organização é o orçamento da produção, que indica o número de unidades que se pretende produzir, levando-se em conta fatores como capacidade de produção, demanda etc. A partir desse orçamento, elabora-se o das vendas, os demais orçamentos operacionais e os outros orçamentos que comporão o orçamento geral.
- 95** Apesar de serem freqüentemente confundidos ou mal utilizados, planejamento e controle são dois termos absolutamente distintos e referem-se a estágios ou fases diferentes da gestão. Entretanto, a organização precisa de que ambos sejam desenvolvidos com eficiência e eficácia a fim de que possa alcançar suas objetivos e cumprir sua missão institucional.
- 96** No método tradicional, ou incremental, o gerente começa com o orçamento do último ano, tomado como linha de base, e o aumenta (ou reduz) de acordo com as necessidades previstas.
- 97** Na metodologia conhecida por orçamento de base zero, alternativa utilizada principalmente nos setores governamentais e nos setores sem fins lucrativos da economia, a linha de base é zero, e não o orçamento do último ano. Dessa forma, é menos burocrático e exige menor quantidade de documentação que o orçamento geral usual.

Conforme disciplinam a legislação tributária e os ensinamentos dos autores tributários, julgue os itens a seguir.

- 98** Imunidade é a dispensa do pagamento de determinado tributo devido, via de regra concedida em face do relevante interesse social ou econômico regional, setorial ou nacional. É sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para sua concessão.
- 99** O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não está sujeito ao princípio da anterioridade, pelo que pode ser instituído ou aumentado a partir da publicação da norma no Diário Oficial, no que pertine à fixação de alíquotas. O regulamento do IPI prevê sua incidência também sobre produtos industrializados destinados ao exterior e estende a imunidade do comprador ao produtor contribuinte do imposto.
- 100** Para fins de apuração do imposto de renda, lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária. O lucro líquido do período de apuração, determinado com observância dos preceitos da lei comercial, é a soma algébrica do lucro operacional, dos resultados não-operacionais e das participações.